



Concurso Público Nacional
Unificado do Governo Federal
EDITAL Nº 07/2024
de 10 de janeiro de 2024

RASCUNHO

CONHECIMENTOS GERAIS

1

A Constituição é lei e deve ser cumprida. O cidadão tem a responsabilidade de participar. Cada um faz a diferença. A democracia se constrói, se aprende e se reaprende. O Brasil está fadado a ser uma nação justa, livre e igualitária. Nesse sentido, à luz da Constituição Federal de 1988 e em respeito ao Estado Democrático de Direito, assegura-se que o(a)

- (A) extensão, às uniões homoafetivas, do mesmo regime jurídico aplicável à união estável entre pessoas de gênero distinto não se justifica, visto que isonomia é tratar da mesma forma apenas os que são iguais e de forma distinta os que são diferentes.
- (B) segregação de presos provisórios com apoio no grau de instrução acadêmica é inadmissível, pois trata-se de mera qualificação de ordem estritamente pessoal.
- (C) Poder Judiciário, à vista do princípio da isonomia, uma vez acionado, poderá aumentar os vencimentos de servidores públicos, considerando o desempenho em funções e cargos correlatos.
- (D) trabalho do preso deve ser remunerado, observando-se o mesmo patamar mínimo instituído por lei para o salário mínimo, já que seu objetivo é garantir proteção aos trabalhadores que se encontram na base da pirâmide salarial.
- (E) partido político, em virtude do princípio da igualdade, pode criar distinções na distribuição dos recursos públicos destinados à campanha eleitoral exclusivamente baseadas no gênero.

2

A teoria da separação dos Poderes da República tem desempenhado um papel primordial na conformação do chamado Estado Constitucional.

Dessa forma, reconhece-se que

- (A) o Poder Judiciário pode exercer o controle jurisdicional em relação à interpretação do sentido e do alcance de normas regimentais das Casas Legislativas.
- (B) as comissões estaduais de inquérito (CPIs), em homenagem ao princípio da separação de poderes, não podem requerer quebra de sigilo de dados bancários.
- (C) a ingerência do Poder Judiciário é inadmissível na imposição de sanções pelo Poder Executivo, no que diz respeito ao incumprimento da obrigação de pagar tributos, em respeito ao princípio da separação dos poderes.
- (D) a intervenção do Poder Judiciário em políticas públicas voltadas à realização de direitos fundamentais, em caso de ausência ou deficiência grave do serviço, não viola o princípio da separação dos poderes.
- (E) o Poder Judiciário não pode determinar que a Administração Pública adote medidas assecuratórias de direitos constitucionalmente reconhecidos como essenciais, pois essa determinação configura violação do princípio da separação dos poderes.

3

Dados apresentados pelo Tesouro Nacional revelam que “a despesa de pessoal do Poder Executivo Federal atingiu 18,9% da Receita Corrente Líquida (RCL) em 2022, uma redução de 2,9 pontos percentuais em relação a 2021, quando foi de 21,8% da RCL”.

Esse resultado foi apurado após o encerramento do exercício de 2022 e sua análise indica que a(o)

- (A) valor apurado voltou, com a redução, a ficar abaixo do limite prudencial.
- (B) governo só pode aumentar seu gasto com pessoal se reduzir os percentuais apurados.
- (C) exclusão de despesas com pessoal terceirizado explica a redução do percentual.
- (D) base de apuração do limite registrou um aumento significativo no período.
- (E) margem em relação ao limite máximo representou maior folga fiscal em 2022.

4

No Brasil, o presidencialismo foi instituído a partir da Proclamação da República, em 1889, e desde então vem sendo o sistema de governo adotado ao longo de toda a evolução histórica republicana, previsto em todas as Constituições brasileiras desse período.

O presidencialismo brasileiro se configura como forma de governo

- (A) de garantias
- (B) de coalizão
- (C) unificador
- (D) popular
- (E) ideológico

5

Considere o texto a seguir, que foi publicado na Agência Câmara de Notícias (adaptado).

Entre as prioridades para o Orçamento de 2023, o projeto de lei destaca a agenda da primeira infância, que inclui construção de creches; ações voltadas à segurança hídrica; incentivo ao uso de energias renováveis; programas voltados para geração de emprego e renda; e investimentos plurianuais em andamento.

O trecho acima faz referência a um instrumento de planejamento da Administração Pública que, além dos itens citados no texto, deve legalmente dispor também sobre

- (A) parâmetros específicos para execução do orçamento de áreas funcionais
- (B) normas para avaliação dos resultados dos programas financiados com recursos do orçamento
- (C) diretrizes para criação de programas de duração continuada
- (D) limites para suplementações orçamentárias no exercício
- (E) critérios e programas para redução das desigualdades regionais

6

Considere os textos sobre política pública.

Texto I

Políticas públicas repercutem na economia e na sociedade, daí porque qualquer teoria da política pública precisa também explicar as inter-relações entre Estado, política, economia e sociedade. [...] Pode-se, então, resumir política pública como o campo do conhecimento que busca, ao mesmo tempo, colocar o “governo em ação” e/ou analisar essa ação e, quando necessário, propor mudanças no rumo ou curso dessas ações.

SOUZA, C. Estado da arte da pesquisa em políticas públicas. In. HOCHMAN, G. et al. (org.). **Políticas Públicas no Brasil**. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 2007. p. 69. Adaptado.

Texto II

Nos ciclos de uma política pública, identifica-se o processo de criação de opções sobre o que fazer a respeito de um problema público. Nesse estágio do processo político-administrativo, faz-se a identificação, o refinamento e a formalização de opções políticas que poderão ajudar a resolver as questões e os problemas reconhecidos como relevantes. Também se considera a viabilidade dessas opções políticas.

HOWLETT, M.; RAMESH, M.; PERL, A. **Política Pública**: seus ciclos e subsistemas: uma abordagem integradora. Rio de Janeiro: Elsevier, 2013. p. 123. Adaptado.

A partir da análise comparada dos Textos I e II, conclui-se que

- (A) o Texto II contradiz o Texto I, minimizando a relevância da ação governamental na tomada de decisão política.
- (B) o Texto II complementa o Texto I, especificando o estágio denominado avaliação de políticas.
- (C) o Texto I generaliza o Texto II, definindo o ciclo político denominado montagem da agenda.
- (D) o Texto I introduz o Texto II, indicando as diretrizes do estágio denominado implementação de políticas.
- (E) o Texto II especifica o Texto I, descrevendo o estágio denominado formulação de políticas.

7

No contexto da redemocratização política do Brasil, em especial em função da promulgação da Constituição Federal de 1988 e graças à mobilização da sociedade civil e de lideranças indígenas, observou-se a ampliação do direito à proteção e ao usufruto das terras dos povos originários. No entanto,

É muito comum nos depararmos com afirmações de que, no Brasil, “há muita terra para pouco índio”, geralmente acompanhadas de assertivas segundo as quais as populações indígenas e tradicionais são um “entrave ao desenvolvimento”. A primeira questão a se colocar quanto a isso seria justamente a respeito da definição do modelo de desenvolvimento. Essas são certamente duas imagens cristalizadas cuja origem remonta às décadas de 1950-1970, quando vigorava um conceito de desenvolvimento associado ao nacional-desenvolvimentismo, e que têm voltado com muita força no atual contexto brasileiro, em meio a violentas disputas pelos territórios indígenas. [...] Por outro lado, a extensão das terras brasileiras que são propriedade particular de grandes produtores rurais abrange cerca de 20% do território nacional, repartidas em pouco mais de cem mil propriedades. [...] A renda do setor, que cresceu 13% em 2017, é a que, por anos, vem carregando o Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro, correspondeu nos últimos 15 anos, em média, a 23% do PIB nacional (CEPEA, s.d). Em função desse modelo de desenvolvimento, voltado para a exportação de produtos primários, os povos indígenas continuam sendo considerados um “empecilho” ao desenvolvimento, mas um desenvolvimento praticado de forma predatória, ao bem dos interesses particulares de poucos, e não do interesse comum.

LOUREIRO, C. D. Direitos dos povos indígenas e desenvolvimento na Amazônia. **Revista de Estudos Brasileños**. Universidad de Salamanca, v. 6, n. 11, p. 56-57, 2019. Adaptado.

Levando em conta o texto acima, a noção de que “há muita terra para pouco índio”

- (A) sustenta-se numa premissa nacional-desenvolvimentista, que encontrou sua máxima expressão no período chamado de “milagre econômico”, cuja atualização em nossos dias tem como principal objetivo a produção de riqueza e sua distribuição mais equânime, justa e igualitária.
- (B) fundamenta-se no reconhecimento da natureza conservacionista dos povos originários, que, por causa dessa característica, representam um obstáculo ao desenvolvimento sustentável do país.
- (C) legitima-se pelo avanço do agronegócio no Brasil, uma vez que concorre para a ampliação das fronteiras agrícolas, na mesma medida em que contribui para a proteção do direito à terra e para a manutenção dos modos de vida dos povos originários.
- (D) justifica-se pela condescendência da legislação indigenista, própria da Constituição Federal de 1988, a qual, complacente com a ociosidade que marca as culturas indígenas no país, privilegia os povos originários, promovendo, assim, a concentração de terras e riquezas nas mãos de poucos indivíduos.
- (E) relaciona-se com uma certa concepção de desenvolvimento, associada a um tipo de exploração predatória da terra, da qual decorre desacertadamente que o reconhecimento da propriedade indígena representaria um suposto entrave à economia sustentável do país.

8

Considere os artigos do Decreto Lei nº 200/1967 sobre a estrutura organizacional da Administração Pública Federal.

Art. 1º. O Poder Executivo é exercido pelo Presidente da República auxiliado pelos Ministros de Estado. Art. 2º. O Presidente da República e os Ministros de Estado exercem as atribuições de sua competência constitucional, legal e regulamentar com o auxílio dos órgãos que compõem a Administração Federal. Art. 3º. Respeitadas as limitações estabelecidas na Constituição e observadas as disposições legais, o Poder Executivo regulará a estruturação e o funcionamento dos órgãos da Administração Federal. [...] Art. 6º. As atividades da Administração Federal obedecerão aos seguintes princípios fundamentais: planejamento; coordenação; descentralização; delegação de competência; controle.

Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1960-1969/decreto-lei-200-25-fevereiro-1967-376033-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 26 fev. 2024.

Nas atividades da Administração Federal, a elaboração e a atualização de instrumentos, tais como o plano geral de governo, os programas gerais, setoriais e regionais, de duração plurianual, o orçamento-programa anual e a programação financeira de desembolso, obedecem diretamente ao seguinte princípio fundamental:

- (A) descentralização
- (B) delegação de competência
- (C) planejamento
- (D) controle
- (E) coordenação

9

Considere o texto sobre a matriz energética brasileira.

Em 2021, representantes do Governo Federal participaram da 26ª Conferência das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas (COP26), em Glasgow, na Escócia. [...] Segundo o Ministério de Minas e Energia, o Brasil é exemplo mundial em transição energética, com mais de 85% da matriz elétrica oriunda de fontes limpas e renováveis e 48% de renovabilidade em sua matriz energética total. Nessa direção, o Brasil registrou, até fevereiro de 2023, 890 parques eólicos instalados em 12 estados brasileiros. Eles somam 25,04 gigawatts de capacidade instalada em operação comercial, que beneficiam 108,7 milhões de habitantes.

Disponível em: <https://www.gov.br/casacivil/pt-br/assuntos/noticias/2021/novembro/o-brasil-e-exemplo-mundial-em-transicao-energetica> e <https://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2023-04/capacidade-de-geracao-de-energia-eolica-deve-bater-recorde-neste-ano>. Acesso em: 26 fev. 2024. Adaptado.

No Brasil, do total de parques eólicos instalados, a maioria se encontra na Região

- (A) Centro-Oeste, estabilizando o Índice Nacional de Preços ao Consumidor.
- (B) Nordeste, elevando o Índice de Desenvolvimento Humano dos municípios.
- (C) Sul, fortalecendo o Índice de Desenvolvimento Econômico das cidades.
- (D) Norte, considerando as exigências dos Estudos de Impacto Ambiental.
- (E) Sudeste, aumentando o Produto Interno Bruto das cidades com parques.

10

Considere o texto sobre discriminação social no Brasil.

Os idosos correspondem a quase 15% da população brasileira. Apesar das estatísticas de aumento da longevidade nos últimos tempos, eles ainda sofrem preconceito. Em meio às limitações no mercado de trabalho e estereótipos que ditam os locais, roupas e estilo de vida que devem ser adotados, essa parcela da população tem se mostrado cada vez mais ativa, revelando como a longevidade pode ser positiva. O tema ganhou repercussão no Brasil no início de 2023 após a divulgação de um vídeo em que estudantes de uma universidade particular debocham de uma colega de 40 anos. No vídeo, uma das estudantes ironiza: “Gente, quiz do dia: como ‘desmatricula’ um colega de sala?”. Logo na sequência, outra jovem responde: “Mano, ela tem 40 anos já. Era para estar aposentada”. “Realmente”, concorda a terceira fazendo uma cara de deboche.

Disponível em: [https://www.cnnbrasil.com.br/saude/\[...\]](https://www.cnnbrasil.com.br/saude/[...]). Acesso em: 26 fev. 2024.

O tipo de discriminação social mencionado e a sua qualificação legal correspondem especificamente ao

- (A) racismo, concebido como contravenção no Código Penal.
- (B) capacitismo, considerado como delito no Estatuto da Pessoa Idosa.
- (C) etarismo, considerado como crime no Estatuto da Pessoa Idosa.
- (D) idadismo, previsto como delito na Constituição Federal.
- (E) ageísmo, tratado como direito pela Constituição Federal.

11

Considere o texto sobre o poder legislativo no Brasil.

O Poder Legislativo, segundo o art. 44 da Constituição Federal de 1988, é exercido pelo Congresso Nacional. [...] Quanto às competências do Congresso Nacional, podemos reuni-las em três conjuntos: 1º) o das atribuições relacionadas às funções do Poder Legislativo federal; 2º) o das atribuições das Casas do Congresso, quando atuam separadamente; e 3º) o das atribuições relacionadas ao funcionamento de comissões mistas e de sessões conjuntas, nas quais atuam juntos os parlamentares, embora votem separadamente. Uma das Casas do Congresso é composta por representantes do povo, eleitos pelo sistema proporcional em cada estado, em cada território e no Distrito Federal. [...] Nela, o número de parlamentares é proporcional à população do estado ou do Distrito Federal, com o limite mínimo de oito e máximo de setenta representantes para cada um deles.

BRASIL. Congresso Nacional. **Atribuições**. Brasília, DF: Congresso Nacional. Disponível em: <https://www.congressonacional.leg.br/institucional/atribuicoes>. Acesso em: 10 fev. 2024. Adaptado.

A Casa do Congresso especificamente descrita acima é o(a)

- (A) Câmara dos Deputados
- (B) Controladoria Geral da União
- (C) Ministério da Justiça
- (D) **Senado Federal**
- (E) Supremo Tribunal Federal

12

Considere o texto sobre a descentralização do Sistema Único de Saúde no Brasil.

Estabelecida a partir da Constituição Federal de 1988 [...], a descentralização da gestão e das políticas da saúde no país – feita de forma integrada entre a União, estados e municípios – é um dos princípios organizativos do Sistema Único de Saúde (SUS). De acordo com este princípio, o poder e a responsabilidade sobre o setor são distribuídos entre os três níveis de governo, objetivando uma prestação de serviços com mais eficiência e qualidade e também a fiscalização e o controle por parte da sociedade.

DESCENTRALIZAÇÃO. **PenseSUS - A reflexão fortalece essa conquista**. Disponível em: <https://pensesus.fiocruz.br/descentralizacao>. Acesso em: 10 fev. 2024. Adaptado.

Com base nesse princípio organizativo, estabelece-se que cada

- (A) estado é responsável pela definição da autoridade sanitária dos municípios, discriminando as regiões de saúde.
- (B) **esfera de governo é autônoma em suas decisões e atividades, respeitando os princípios gerais e a participação da sociedade.**
- (C) município define uma macrorregião de saúde, respeitando a complexidade da provisão de serviços dentro de seu território.
- (D) município do país tem a sua autoridade sanitária indicada pela União, considerando as especificidades locais para essa designação.
- (E) município define as áreas em que as secretarias estaduais investem recursos, considerando as demandas locais.

13

O objetivo das ferramentas e aplicações de inteligência artificial deve sempre estar dirigido à melhoria da qualidade de vida das pessoas, postulando a inclusão daquelas parcelas da população historicamente discriminadas e pouco representadas.

Nesse contexto, a Inteligência Artificial caracteriza-se por

- (A) ser incompatível com o sistema de proteção dos direitos fundamentais.
- (B) não agregar confiança ao sistema de justiça.
- (C) poder ser usada apenas como fonte secundária para decisões judiciais.
- (D) representar um sistema de aprendizado repetitivo.
- (E) **poder contribuir como assistente de busca de jurisprudência.**

14

No que diz respeito à lei de acesso à informação, Lei nº 12.527/2011, verifica-se que ela

- (A) proíbe informações custodiadas por entidade privada.
- (B) **assegura a proteção da informação, garantindo sua disponibilidade, autenticidade e integridade.**
- (C) divulga informações de interesse público, mediante requerimento.
- (D) permite acesso às informações recolhidas especificamente a arquivos públicos.
- (E) tem por escopo único o controle da administração no uso de recursos públicos.

15

A Administração Pública realizou um concurso para o provimento de cargos vagos. Cinco anos após a homologação, sem que houvesse nomeado e empossado os candidatos aprovados, resolveu realizar novo concurso.

Indignados, os candidatos prejudicados apresentam recurso administrativo, cujo resultado deve se basear no seguinte:

- (A) o prazo de validade do concurso deve ser submetido à consulta ao Poder Judiciário.
- (B) o prazo de validade do concurso depende de lei que o estabeleça.
- (C) o prazo de validade do concurso público é indeterminado.
- (D) o prazo de validade do concurso público será de até dois anos, prorrogável uma vez, por igual período.
- (E) o prazo de validade do concurso público depende da autorização do Tribunal de Contas.

16

Um grupo de cidadãos pretende desenvolver atividades vinculadas aos direitos da pessoa humana, buscando aplicação prática dos conhecimentos teóricos que lhe foram ensinados em vários locais e com diversos níveis de abordagem. Nos termos do Decreto nº 7.037/2009, existem vários eixos e diretrizes que devem pautar o Programa Nacional de Direitos Humanos (PNDH 3).

O fortalecimento dos Direitos Humanos como instrumento transversal das políticas públicas e de interação democrática é uma diretriz vinculada ao seguinte eixo orientador:

- (A) Segurança Pública e Acesso à Justiça
- (B) Universalizar direitos em contexto de desigualdade
- (C) Educação e Cultura nas Comunidades
- (D) Desenvolvimento e Transparência
- (E) Interação democrática entre Estado e sociedade civil

17

O prefeito de determinado município brasileiro realizou treinamento ofertado para lideranças locais com o intuito de melhorar os índices de satisfação dos cidadãos com os serviços prestados pelos órgãos públicos. Esse gestor pretende aplicar o padrão estabelecido pela Administração Federal, que passou a regular as atividades digitais implantadas em diversos setores públicos.

Nos termos da Lei nº 14.129/2021, constituem princípios e diretrizes do Governo Digital e da eficiência pública, dentre outros, o dever do gestor público de prestar contas diretamente à população sobre a gestão dos recursos públicos, bem como o uso de linguagem

- (A) clara e compreensível a qualquer cidadão
- (B) popular, incluindo dialetos próprios a qualquer cidadão
- (C) técnica adequada a qualquer cidadão
- (D) compreensível a pessoas qualificadas
- (E) algorítmica sensível a qualquer cidadão

18

Um dos aspectos fundamentais para o êxito de uma política pública é a adequada alocação de recursos para seu financiamento, o que normalmente se refere à programação de créditos orçamentários e às condições para execução das despesas correspondentes.

As limitações à execução orçamentária ao longo do exercício

- (A) não afetam nem a tempestividade nem a previsibilidade de recursos.
- (B) não afetam a gestão de políticas públicas financiadas pelo orçamento.
- (C) podem afetar a tempestividade, mas nunca a previsibilidade da disponibilidade de recursos.
- (D) podem afetar a previsibilidade, mas nunca a tempestividade da disponibilidade de recursos.
- (E) podem afetar a tempestividade e a previsibilidade da disponibilidade de recursos.

19

Existem três funções básicas do governo que buscam mitigar as ineficiências dos mercados numa economia.

O exercício dessas funções **NÃO** terá o seguinte resultado:

- (A) redução das desigualdades de distribuição de renda
- (B) regulação da oferta de monopólios naturais
- (C) estabilização de preços
- (D) aumento das assimetrias de informações
- (E) fornecimento de bens públicos

20

Orçamento público é o instrumento utilizado pelo Governo Federal para planejar a utilização do dinheiro arrecadado com os tributos.

Essa ferramenta

- (A) estima as receitas que o Governo espera arrecadar, enquanto fixa as despesas a serem efetuadas.
- (B) estima às vezes e fixa às vezes as receitas, sem impor limites às despesas a serem efetuadas.
- (C) fixa tanto as receitas que o Governo espera arrecadar quanto as despesas a serem efetuadas.
- (D) fixa as receitas que o Governo espera arrecadar, enquanto estima as despesas a serem efetuadas.
- (E) estima tanto as receitas que o Governo espera arrecadar quanto as despesas a serem efetuadas.

RASCUNHO



QUESTÃO DISSERTATIVA

Considere os Textos a seguir para responder à questão dissertativa.

Texto 1

Uma pesquisa para investigar o falecimento de pessoas que foram expostas ao ambiente prisional mostra que a letalidade é, de fato, uma possibilidade real para quem, no Brasil, se torna uma pessoa sob a custódia estatal, ou seja, um detento ou uma detenta, por cometer um crime.

O levantamento “Letalidade prisional: uma questão de justiça e saúde pública”, encomendado pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ), no âmbito da quinta edição da série Justiça Pesquisa, sintetiza essa realidade dos espaços de privação de liberdade do Brasil: morre-se muito, sabe-se pouco, registra-se quase nada; praticamente não se responsabiliza, tampouco se repara. O tempo médio de vida das pessoas depois que saem da prisão é de 548 dias e 28% dessas mortes ocorreram em eventos violentos.

Na apresentação dos dados, são explicitadas as causas da letalidade prisional provocada por morbidades como tuberculose, sífilis, suicídios e outras mortes violentas. Além disso, pessoas que passaram pelo sistema prisional faleceram e tiveram a morte identificada nos processos pela extinção da punibilidade.

Com isso a chamada morte natural é, na verdade, o resultado de um longo e tortuoso processo de adoecimento, falta de assistência, definhamento e óbito. Dos falecimentos dentro das cadeias que foram alvo da pesquisa, 62% tiveram como causa a insuficiência cardíaca; a sepse, ou infecção generalizada; a pneumonia; e a tuberculose. A asfixia mecânica, o estrangulamento ou sufocação indireta e as asfixias não especificadas representam, conforme o estudo, 15% dos casos. As mortes causadas por ferimento de arma de fogo e a agressão por objetos cortantes, penetrantes, perfurantes ou contundentes dentro da unidade prisional, somadas às mortes por enforcamento indireto, chegam a 25%.

A pesquisa lidou com dificuldades na comunicação e no registro do óbito, na garantia de direitos à pessoa custodiada e aos seus familiares, bem como na produção de dados estatísticos de mortes em estabelecimento prisional, hospital de internação psiquiátrica ou durante a saída temporária. O relatório informa que o controle inexistente ou ineficaz de informações sobre as mortes em estabelecimentos de custódia e sobre as violações dos direitos humanos são, em grande parte, decorrentes da violência estatal ou da precariedade das ações de promoção de saúde.

Estudos apontam que o agente penitenciário — identificado na literatura como “burocrata de nível de rua” — atua como intermediador de todas as atividades ligadas aos presos, seu acesso (ou não) a bens e serviços, suas saídas ao mundo exterior, contato com suas famílias, entre outros aspectos. Argumenta-se que tais profissionais são responsáveis pelo tipo de experiência de aprisionamento que o preso terá em nível psicológico: “humana, indiferente ou brutal”.

Embora as legislações e regulamentações vindas “de cima” — isto é, do contexto normativo nacional e das regras organizacionais —, o contexto prisional pode proporcionar ao agente acumular diversas funções para a sua atuação: “Os custodiadores não somente têm o direito de emitir as ordens e regulamentos que devem guiar a vida do prisioneiro, mas também têm o direito de deter, julgar e punir qualquer indivíduo acusado de desobediência — uma mescla de funções legislativas, executivas e judiciais, o que tem sido considerado há muito tempo a marca da dominação completa.”

Ao olhar para o grupo específico dos agentes penitenciários, é preciso atentar para a complexidade do trabalho exercido e para a importância das relações estabelecidas no contexto prisional na tomada de decisão na implementação da política de saúde prisional. Esse olhar deve considerar condições de dimensões anteriores à sua capacidade de ação no dia a dia.

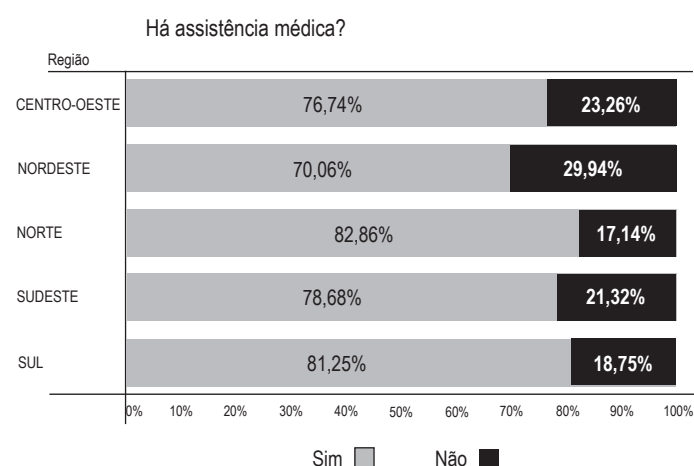
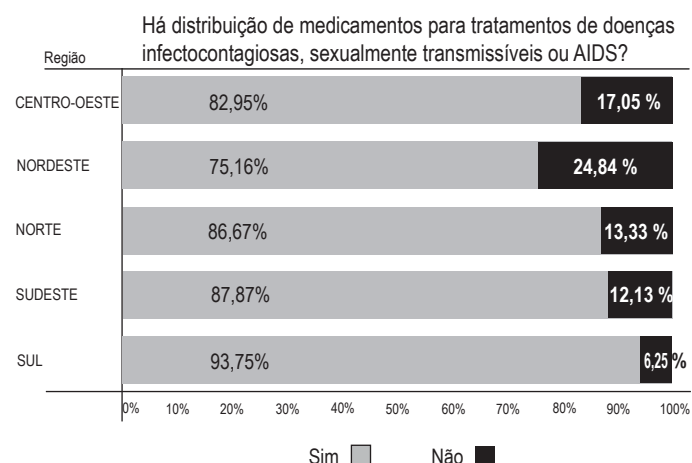
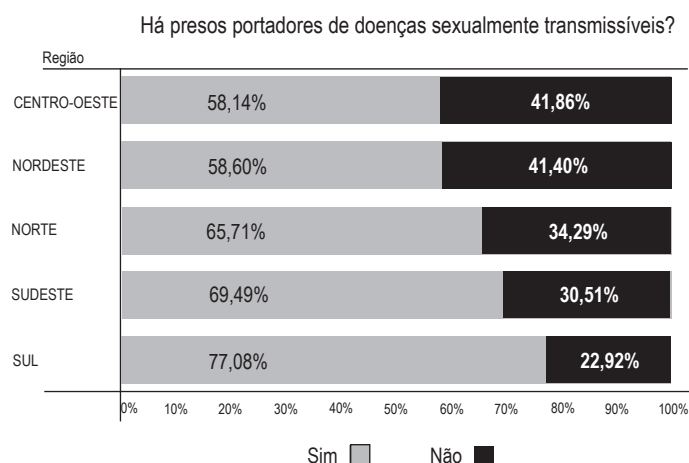
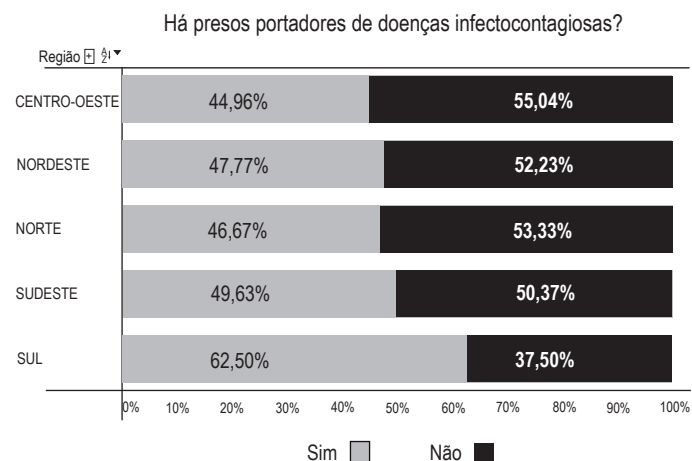
Dados apontam que a chance de os presidiários contraírem tuberculose, por exemplo, é 30 vezes maior que a do resto da população. Além disso, o risco de morte por enfraquecimento extremo é 1.350% maior para esses indivíduos. A baixa entrada de luz, os espaços com pouquíssima ventilação, a alta taxa de umidade e a presença constante de mofo nas celas são alguns dos fatores que contribuem para a inadequação desses espaços. Outros fatores que contribuem com esse cenário são a má alimentação dos presos e a questão da higiene devido à notável falta de condições básicas necessárias para a manutenção da integridade física desses sujeitos.

PESQUISA do CNJ destaca problemas de saúde e ameaças contra a vida nas prisões do Brasil. **Agência CNJ de Notícias**, 12 maio 2023. Disponível em: <https://www.cnj.jus.br/pesquisa-do-cnj-destaca-problemas-de-saude-e-ameacas-contr-a-vida-nas-priso-es-do-brasil/>. Acesso em: 25 fev. 2024. Adaptado.

Texto 2

O Ministério da Saúde estabeleceu os critérios mínimos para implementação e funcionamento dos serviços de saúde no sistema prisional nacional, ao aprovar em 2014 a Política Nacional de Atenção Integral à Saúde das Pessoas Privadas de Liberdade no Sistema Prisional (PNAISP). Entretanto, alguns números do sistema prisional ainda apontam limitações.

Os gráficos a seguir foram retirados do Sistema Prisional em Números, que é uma página do *site* do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP). Os dados desse Sistema são compilados pelo CNMP, a partir das regulares inspeções aos estabelecimentos penais realizadas pelos membros do Ministério Público de todo o país. Nos gráficos, os números dizem respeito às respostas das unidades prisionais às perguntas que intitulam cada um deles.



CNMP. **Sistema Prisional em Números**. Disponível em: <https://www.cnmp.mp.br/portal/relatoriosbi/sistema-prisional-em-numeros>. Acesso em: 25 fev. 2024. Adaptado.

Em uma análise dos gráficos, observa-se o elevado adoecimento da população prisional em contraste com os percentuais de distribuição de medicamentos e assistência médica, por exemplo. Frente aos dilemas na implementação da PNAISP, redija um texto dissertativo contínuo de 35 a 40 linhas sobre a situação descrita analisando:

- o papel dos agentes penitenciários (burocratas de nível de rua) e como sua discricionariedade pode afetar a implementação da política;
- dois aspectos que caracterizam cada uma das dimensões que ocorrem na implementação da política: estrutural e individual;
- como o controle interno pode contribuir para resolução do problema de implementação da política;
- como o controle externo pode contribuir para resolução do problema de implementação da política.

(Valor total: 100,0 pontos)

RASCUNHO

(Continua)

(Continuação)

RASCUNHO

